

A “PRÁTICA INVISÍVEL” DAS OPERÁRIAS

Elisabeth Souza Lobo, John Humphrey, Leda Gitahy, Rosa Moysés

Este trabalho é a expressão ainda inacabada de uma preocupação cuja origem remonta a dois anos. Nosso objetivo era interpretar as práticas cotidianas, as lutas e as esperanças daquelas que estão situadas no centro do processo de renovação do movimento operário brasileiro: as operárias metalúrgicas de São Bernardo.

Pensar a classe operária brasileira no feminino é uma tarefa difícil porque considerada como um desvio em relação aos assuntos *importantes*. Os meios são insuficientes, os obstáculos objetivos (carência de dados) e subjetivos (sob forma de preconceitos) são inumeráveis. Mas, em contrapartida, restam a confiança e o entusiasmo das operárias e dos operários que trabalharam conosco. Estes são os primeiros resultados dessa pesquisa.

Desde o fim do século XIX, as operárias — que representavam 78,3% ¹ da força de trabalho utilizada na indústria e, principalmente, no setor têxtil — tinham participado e, às vezes, até tomado a iniciativa das lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento dos salários e pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas. Mas não tomavam parte ativa nas decisões do movimento, *seus combates eram quase sempre perdidos, sua mobilização espontânea permanecia, na prática, ausente das negociações encetadas durante as greves.*² No discurso operário, as operárias eram vistas

1. Pena, Maria Valéria, *Mulheres e Trabalhadoras — presença feminina na constituição do sistema fabril*, Editora Paz e Terra, Rio, 1981, p. 122.

2. Pena, Maria Valéria, *Lutas ilusórias (as mulheres na política operária da Primeira República)*, V Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo, outubro de 1981, p. 121.

mais como futuras mães, educadoras, que não pertenciam ao *mundo do trabalho*, companheiras, mas não como inteiramente operárias. Além disso, as que freqüentavam os sindicatos passavam por *prostitutas, ou pior, por seres repugnantes*.³

Esse foi um período de lutas para as mulheres, mas de *lutas ilusórias*⁴ já que elas não estavam presentes nessas lutas enquanto sujeitos. As reivindicações das operárias em luta no início do século, o seu peso na indústria têxtil, aceleraram a regulamentação do trabalho das mulhrees (1935).⁵

Entre 1950 e 1970, a força de trabalho feminina crescera, mas era no setor de serviços que havia a maior concentração de mulheres.⁶ Mas a partir de 1970 as tendências mudam.

Começamos nossa pesquisa por um estudo sobre as operárias e o processo de sindicalização no Brasil e em São Paulo.⁷ Observamos então:

a) o aumento do número das mulheres trabalhando na indústria entre 1970 e 1978;

b) uma mudança qualitativa na distribuição da força de trabalho feminina, concentrada não somente nos setores tradicionalmente femininos, mas também nas indústrias dinâmicas, tais como a metalurgia (10,5% do total da força de trabalho nesse setor), a construção mecânica (9,2%), o material elétrico e de comunicação (31,1%), o material de transporte (8,6%);⁸

c) o crescimento da sindicalização feminina na indústria abrangendo também os setores dinâmicos. Se os operários da metalurgia representam 52,2% do total dos sindicalizados na indústria em São

3. *Idem*, p. 14.

4. Pena, Maria Valéria, *op. cit.*, p. 122.

5. Essa lei abrange diversos pontos: igualdade de salários, salário equivalente ao valor do trabalho, interdição de trabalho entre 10 horas da noite e 5 horas da manhã, licença de maternidade de 8 semanas, estabilidade da mulher grávida. Ver Carone, Edgar, *A República Nova (1930-1937)*, Difel, São Paulo, 1976, p. 147.

6. Humphrey, John, *Women's employment in the modern manufacturing sector in Brazil*, UNAM, México, julho de 1981, mimeografado, p. 9.

7. Gitahy et alii, *Operárias: sindicalização e reivindicações*, I Congresso da ASES, São Paulo, 1981, polígrafo.

8. Hirata, Helena, *Division sexuelle du travail et rôle de l'État: l'exemple brésilien*, in *Critiques de l'Économie Politique* (nova série), n.º 17, Paris, 1981, p. 48.

Paulo, em 1979, as mulheres sindicalizadas no setor representam 25,2%.⁹

I. O MOVIMENTO OPERÁRIO DE SÃO BERNARDO

Em São Bernardo, a partir de meados dos anos 70, novas práticas operárias desenvolveram-se no âmbito de uma industrialização acelerada que provocou transformações bastante profundas no capitalismo brasileiro. Uma forte concentração no setor metal-mecânico e automobilístico ocorreu nessa cidade bem como nas cidades vizinhas.¹⁰

A indústria automobilística, em particular, tende a desempenhar um papel dinâmico na economia. Estamos diante de um caso exemplar onde os trabalhadores de um setor de ponta da produção tomam a dianteira do movimento de renovação do sindicalismo brasileiro, estando no centro desse processo o Sindicato dos Metalúrgicos.

A partir de 1977, as lutas pelo aumento dos salários colocam em questão a intensidade da exploração capitalista e a brutalidade das formas de dominação às quais é submetida a classe operária. Era a face oculta do *milagre econômico*. Ao lado dessas lutas, são enunciadas as questões relacionadas à organização e às condições de trabalho no interior da fábrica.

Produz-se, dessa forma, uma ruptura em nível das práticas reivindicativas do movimento operário, na medida em que ele começa a se organizar a partir da fábrica e dos conflitos internos. A tradição do sindicalismo *populista*, fundado no controle do sindicato pelo Ministério do Trabalho a partir dos anos 30, encaminhava-se para uma *instrumentalização* do movimento operário e sindical pelo governo. O movimento não se organizava a partir das fábricas mas a partir das palavras de ordem decididas freqüentemente sem participação dos contingentes operários. Após o golpe de Estado de 1964 os sindicatos, em sua maioria, acharam-se sob controle direto do Estado, através da nomeação dos dirigentes sindicais.

9. Gitahy *et alii*, *op. cit.*

10. Aí estão instaladas cinco grandes empresas: Chrysler, Ford, Mercedes Benz, Volkswagen e Saab Scania.

O movimento, então, concentrou-se na fábrica. Os movimentos sociais começaram a amadurecer nos bairros. Desenvolveram-se formas larvais de lutas autônomas em relação ao Estado e às organizações políticas. Alguns sindicatos renovaram-se a partir da base. Foi o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Revelou-se aqui correta a idéia segundo a qual o peso econômico de um setor cria, freqüentemente, as condições para o desenvolvimento da combatividade de um grupo operário. Um outro fator que, sem dúvida, colaborou para o desenvolvimento da combatividade operária foi a forte concentração da população operária na região. O sindicato de São Bernardo organizou-se a partir de 1969, conduzindo lutas pelo aumento de salários, organizadas pelos delegados de fábricas reunidos num *Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base*.

Face à emergência do movimento operário e do sindicalismo de São Bernardo, interrogamo-nos sobre duas questões:

— em que medida se desenvolveram as práticas das operárias da metalurgia, que representavam, em 1977, 10% do total dos efetivos do setor?

— em que medida o movimento operário e sindical em São Bernardo redefiniu suas relações com as práticas das operárias?

II. 1978: O PRIMEIRO CONGRESSO DAS OPERÁRIAS METALÚRGICAS DE SÃO BERNARDO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Há uma data chave na história das lutas recentes das operárias metalúrgicas de São Bernardo: janeiro de 1978. O sindicato organizou, nessa ocasião, o Primeiro Congresso das operárias: Das 800 inscritas, 300 compareceram. Para boicotar o Congresso, os patrões obrigaram os operários a recuperar os feriados de Carnaval em horas suplementares, exatamente na data do congresso.

Considerando-se os objetivos e repercussões desse Congresso, podem-se distinguir dois níveis de análise.

Os objetivos definidos pela direção do sindicato eram claros: o governo manifestara a intenção de abolir a proibição do trabalho noturno para as mulheres. Já que a prática do sindicato era, então, de consultar a base para ampliar seus pontos de apoio nas lutas que se preparavam, nada mais natural, por conseguinte, que as mulhe-

res tivessem sido consultadas. Introduzindo um debate sobre o trabalho noturno das mulheres, o jornal sindical declarava que: *a modificação da lei tem por objetivo intensificar a exploração da mulher, aumentando sua jornada de trabalho, impondo-lhe tarefas nocivas ao organismo, tudo isso no momento em que os homens se batem pela melhoria do emprego e dos salários. É como se a mulher fosse enviada à fábrica, deixando o marido em casa — uma mudança estúpida de funções*¹¹ para os homens e para as mulheres. À defesa do emprego dos homens e do papel tradicional das mulheres somava-se a vontade de *integrar as mulheres à luta sindical de todos os metalúrgicos, para reforçar a luta dos homens*.¹² Os objetivos eram, por conseguinte, ambíguos.

A direção sindical manifestou uma segunda preocupação: *não confundir o Congresso com Congresso feminista*.¹³ A esse respeito, interrogamo-nos sobre uma questão referente à relação entre a mobilização das operárias e o movimento das mulheres naquela época.

Efetivamente, desde 1975, com o *ano internacional das mulheres*, as Nações Unidas, enquanto instituição acima de qualquer suspeita, abriram o caminho para a discussão sobre a opressão das mulheres na sociedade brasileira e para a prática dos grupos de mulheres. O movimento agrupava mulheres organizadas em torno de reivindicações democráticas (anistia), mulheres vinculadas aos grupos de base da Igreja católica, aos clubes de mães, a grupos de luta contra o aumento dos preços bem como a grupos evoluindo em direção ao feminismo. O primeiro tema a articular essa diversidade foi o da participação política. É a partir de 78, por ocasião de congressos de mulheres organizados em São Paulo, que se impõem os outros temas da opressão feminina.

A formação de uma consciência feminista, na prática do movimento, chocou-se com as barreiras colocadas pelo pensamento conservador da direita e da esquerda. O debate sobre a contradição entre luta geral e lutas específicas e sobre a necessidade de se estabelecer uma hierarquia (para não falar de *etapas*) dividiu o movimento das mulheres. Em compensação, a crise de representação política

11. Cf. jornal *Tribuna Metalúrgica*, abril de 1977, p. 8.

12. *Idem*, p. 8.

13. *Tribuna Metalúrgica*, fevereiro de 1978, p. 8.

nessa época, especialmente a crise dos partidos políticos impostos pela ditadura, deixava um amplo espaço vazio que foi ocupado pelos movimentos sociais e, entre eles, o movimento das mulheres.

O movimento operário afirmou-se, igualmente, enquanto sujeito político, através de uma prática de lutas. Mas a articulação entre movimento operário e movimento das mulheres não se realizou integralmente. A afirmação da diferença e da discriminação das mulheres provocou reações de defesa do tipo: *integrar as lutas para neutralizar as diferenças*. Contudo, a dinâmica dos movimentos era outra: era preciso passar pela tomada de consciência da diferença/discriminação, uma vez que os grupos sociais haviam sofrido um processo de esmagamento e retraimento. Aliás, essa dinâmica não era exclusiva do movimento das mulheres no Brasil.

Segundo o jornal do Sindicato de São Bernardo, a propósito das discussões organizadas com as operárias sobre o trabalho noturno: *o tema de discussão revelava-se rapidamente secundário em relação às graves denúncias feitas pelas operárias*.

Durante o Congresso, organizado e dirigido pela direção do sindicato (nenhuma mulher participou da tribuna), três conferências foram proferidas: *mulheres e legislação trabalhista*, *mulheres e condições de trabalho*, e *mulheres e sindicato*. Em seguida, nas discussões de grupo, o discurso sobre a discriminação impressionou sindicalistas e sociólogos.

As reivindicações das mulheres referem-se em maior parte à discriminação sexual que começa no momento mesmo da admissão. As denúncias colocavam em questão:

— a não-observância da lei, já insuficiente, que obriga as fábricas com mais de trinta mulheres a manterem creches;

— cantadas e violência dos chefes, ameaças pessoais, abuso de autoridade, controle para ir ao banheiro (as operárias podiam ir ao banheiro apenas duas vezes durante todo o dia, não podendo aí ficar mais de cinco minutos);

— as mulheres casadas ou mães de família são prejudicadas por ocasião da admissão (exames para evitar as mulheres grávidas, controle da menstruação para as operárias admitidas);

— condições de higiene e de segurança particularmente catastróficas;

— desigualdade dos salários para funções idênticas exercidas por homens e mulheres.

No que se refere aos salários, uma pesquisa realizada na época do Congresso assinalava que as mulheres metalúrgicas recebiam um salário 40% inferior ao dos operários.¹⁴ A mesma tendência repete-se em toda a indústria, o salário das mulheres sendo sempre igual ou inferior a 40% do salário médio masculino.¹⁵

Trata-se, pois, de uma discriminação que aparece igualmente em nível das funções exercidas: as denúncias revelam que as operárias, na sua maioria, perpetuam-se nas funções de operárias especializadas e que a maior parte dos cargos de chefia é ocupada por homens. As operárias encontram uma forma para descrever tal situação: *Nascemos e morremos ajudantes*. A discriminação organiza-se no interior da fábrica através do controle, do arbítrio, que se nutre, por sua vez, de uma submissão *natural* mantida pelo autoritarismo e pela violência que visam romper qualquer solidariedade entre as operárias.

Por outro lado, veremos que a combatividade das operárias se exerce no local de trabalho, no interior da fábrica, o que a limita. O fato de que, durante o Congresso, o sindicato tenha difundido as denúncias das operárias foi muito importante para romper o isolamento das práticas das mulheres e teve conseqüências concretas em certas fábricas onde conseguiram obter melhorias mediante a demissão das operárias que participaram do Congresso.

Contudo, a repercussão alcançada por esse Congresso não teve conseqüências. Antes de 1978, por ocasião dos dois congressos dos metalúrgicos, organizados pelo Sindicato de São Bernardo (1974 e 1976), dois pontos levantados pelas mulheres faziam parte das reivindicações: *para trabalho igual, salário igual e creches nas fábricas*. Os mesmos pontos foram retomados pelo Congresso Nacional (1979), acrescentando-se-lhes a licença de maternidade de seis meses. Em São Bernardo, o Terceiro Congresso (outubro de 1978) abordou unicamente a estrutura sindical; sobre esse ponto, nada foi dito a respeito da organização das mulheres.¹⁶ De acordo com os depoimentos, as mulheres que participam dos congressos sindicais não chegam nem mesmo a 1% (em nível dos setores industriais).

14. Dieese, 1978.

15. RAIZ, 1979, tabulações especiais.

16. Leite, Paula, *Processo de trabalho e reivindicações sindicais*, São Paulo, 1982, mimeografado.

No entanto, após 1978, outros congressos reuniram as operárias que trabalham na indústria química, têxtil e metalúrgica, em São Paulo, retomando as mesmas reivindicações apresentadas pelas operárias de São Bernardo. Mas os dois discursos, o das operárias e o do sindicato permanecem, em geral, assimétricos. As mulheres retomam as reivindicações comuns, sem que se produza o inverso. Aliás, é significativo que o balanço do Congresso de 1978 constataste que as operárias *no seu modo simples e ingênuo de ver os fatos, quiseram apenas se integrar à luta dos homens e reforçar o movimento operário*.¹⁷

A resolução do Congresso de 1978 — redigida em comissão — reconhecia, contudo, a existência dos problemas específicos referentes às operárias. Uma comissão de mulheres foi igualmente proposta para se encarregar da mobilização das mulheres, na medida em que a maioria delas nunca ia ao sindicato, visto com frequência como *lugar de homens*.

III. 1982: EM BUSCA DAS PRÁTICAS COTIDIANAS

Numa segunda abordagem, tentamos reconstituir as práticas das lutas das operárias em São Bernardo. É verdade que elas participaram das greves que se realizaram em 1978-1979-1980, mas interessava-nos, particularmente, a continuidade das práticas após o Congresso de 1978.

A partir de 1978, as greves foram preparadas sobretudo nas grandes fábricas de montagem de automóveis, onde há poucas mulheres trabalhando na produção. As pequenas e médias empresas quase sempre acompanharam o movimento com a participação das mulheres. A dinâmica do movimento de greve articulou, então, grupos com diferente combatividade.¹⁸

Por outro lado, os movimentos reivindicativos desenvolveram-se *a partir das práticas de resistência difusa no interior das fábricas*.¹⁹ A reconstituição dessas práticas de resistência desenvolvidas

17. *Tribuna Metalúrgica*, fevereiro de 1978, p. 8.

18. Cf. D. Kergoat, *Les pratiques revendicatives ouvrières*, CNRS, Paris, 1978, p. 22.

19. Maroni, Amneris, *A Estratégia da recusa (análise das greves de maio de 1978)*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

naquela ocasião faz pensar numa teia de aranha tecida por pequenos atos de recusa ou de rebelião (redução dos ritmos de produção, ficar um pouco mais de tempo nos banheiros, pregar na parede um artigo de jornal, sabotagem da produção, etc.). Essas atividades foram ora organizadas por pequenos grupos de operários, ora a iniciativa foi tomada individualmente e repercutiu, provocando a constituição dos *grupos informais*.²⁰

Em que medida as práticas das operárias seguiram essa dinâmica?

Na fábrica A (equipamentos para automóvel), onde várias operárias tinham participado em 78, hoje apenas quatro dentre elas continuam a trabalhar; as outras foram sendo despedidas gradativamente.

De acordo com o depoimento de um dirigente sindical — operário nessa fábrica na época do Congresso e um de seus organizadores — houve uma greve em 78 e algumas conquistas foram alcançadas: melhoria do restaurante, dos banheiros, mesmo salário para os homens e para as mulheres. Mas as mulheres continuam sendo ajudantes, as leis sobre as condições de higiene e de segurança não são respeitadas, os chefes são autoritários e discriminam as operárias mais feias. Elas relatam fragmentos de resistência: por falta de creche, uma delas pôs o berço de seu filho em cima da mesa do gerente; outra denunciou o chefe num boletim do sindicato.

Numa segunda fábrica (também de equipamentos para automóvel), um roteiro de violência: onipresença do serviço de segurança da fábrica, as mulheres não podem deixar o trabalho para tomar um café, ritmos de produção violentos, controles para ir ao banheiro. A resistência se configura numa recusa silenciosa a obedecer aos ritmos de produção de parte de algumas mulheres ou a aceitar advertências freqüentes.

Uma operária que participa das lutas desde 78, despedida, desempregada durante mais de um ano e atualmente trabalhando numa pequena fábrica, descreveu-nos sua tática de resistência: ganhar a confiança das amigas, tomando a defesa delas contra os abusos dos chefes, fazer denúncias anônimas no boletim do sindicato. É assim que foi eleita para a Comissão de Higiene e Segurança

20. Garcia, Marco Aurélio, *São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário*, São Paulo, 1982 (polígrafo).

(CIPA) — que tem a metade de seus membros designados e a outra metade eleita pelas operárias.

Tem-se a impressão de se estar diante de práticas atomizadas no tempo e no espaço, não se chegando a postular de maneira autônoma as reivindicações específicas. A dinâmica das práticas operárias acompanha a dinâmica da totalidade do movimento, mas, ainda uma vez, sua fragilidade se manifesta na medida em que elas estão concentradas em fábricas pequenas ou médias, onde a repressão e o medo atuam contra o movimento.

Nos momentos de refluxo do movimento, produz-se um recuo das práticas das operárias. Elas conservam, contudo, sua explosividade que se exprime sob forma de raiva, rebelião, recusa dos valores ligados ao trabalho. “Meu Deus, estou trabalhando aqui há apenas seis meses e não vejo a hora de ir embora. Eles dominam as pessoas, é isso.”

IV. 1982: EM BUSCA DAS PRÁTICAS SINDICAIS

Entre março-abril de 1982, num total de 33.745 sindicalizados, o Sindicato de São Bernardo contava com 5,3% de mulheres. Dois terços dos trabalhadores sindicalizados concentram-se nas fábricas de montagem de automóvel, as operárias sendo pouco numerosas nessas fábricas; contam-se apenas 1,6% de mulheres sindicalizadas nesse setor.²¹ A média de idade delas é de 30 anos (a média de idade das operárias metalúrgicas da região de São Paulo é de 25 anos, pelo menos para 58,4% dentre elas). Em São Bernardo, as operárias sindicalizam-se após dois anos na fábrica. Ora, sabemos que o *turn over* no ramo é mais acentuado nos setores de forte concentração operária e que, para a Grande São Paulo,²² 54% das

21. Em 1978, 61,6% das mulheres sindicalizadas trabalham na indústria em São Paulo, 23,4% são metalúrgicas.

Os índices de sindicalização feminina, nos diferentes setores, são sempre muito inferiores às taxas de participação feminina na força de trabalho na indústria. Em São Paulo, em 1979, os homens representam 52,2% dos operários sindicalizados e as mulheres 25,2%. Os operários metalúrgicos são 1.420.210 em 1976; 188.422 são mulheres; a participação delas é, por consequente, de 13,3%. Cf. Gitahy *et alii*, *op. cit.*, p. 22.

22. Região compreendendo a cidade de São Paulo e seu subúrbio, no qual se inclui São Bernardo.

mulheres, com mais de 18 anos, trabalhando no setor de material elétrico, tinham menos de dois anos de fábrica.

A pesquisa mostrou que 74% das operárias sindicalizadas em São Bernardo trabalham na produção, das quais 70,3% exercem funções não-qualificadas e 0,4% funções de contramestre.²³ Em São Paulo, entre 1976-1980, nas empresas metalúrgicas com mais de 50 operários, a proporção de mulheres qualificadas em relação à totalidade das operárias era de 0,8%.²⁴

As operárias sindicalizadas de São Bernardo são, pois, pouco numerosas; têm uma certa estabilidade e são em sua grande maioria operárias especializadas. A sindicalização das mulheres é mais forte a partir de 1981 — o que se poderia eventualmente explicar pela campanha eleitoral no sindicato em agosto daquele ano.

Ainda não podemos perceber os efeitos diretos do Congresso de 1978 sobre a sindicalização das mulheres, mas eles parecem ser menos importantes do que se esperava.

No que concerne à memória do Congresso das Mulheres Metalúrgicas — única iniciativa expressiva no tocante às operárias durante todos esses anos — ela se dilui. Somente alguns dirigentes sindicais, que participaram mais diretamente na sua organização, lembram-se desse Congresso. Mas têm consciência da não-continuidade do trabalho. A preocupação dominante hoje é unificar as lutas; alguns dirigentes não vêem porque seria necessária uma política específica voltada para as operárias.

A comissão de mulheres escolhida pelo Congresso reuniu-se algumas vezes mas esvaziou-se devido a divisões internas das quais ainda não é possível perceber a natureza: *intransigência de algumas feministas, dos grupúsculos políticos dos sindicalistas?*

Atualmente, entre os 24 membros da direção do sindicato, há uma mulher, *diretora de base*,²⁵ exercendo a função sem deixar a fábrica. Ela conta o que dizem as operárias quando vai discutir em frente das fábricas: *“você vem muito pouco aqui; vemos apenas*

23. Obtivemos esses dados graças à cooperação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema que nos facilitou o acesso a seu fichário de sindicalizados.

24. SENAI, 1980.

25. O cargo de Diretor de base foi criado em São Bernardo para fortalecer os laços entre a direção e suas bases. Não é um cargo oficial.

barbudos e cabeludos, somente homens". Seu isolamento é total. Tivemos freqüentemente a impressão de que apenas duas mulheres participam do sindicato. Ambas trabalhando nas indústrias de equipamentos para automóveis desde 1979.

O sindicato aparece como um instrumento de apoio tanto no discurso delas, como no das operárias anônimas falando diante das portas das fábricas: ele recebe as denúncias, faz com que estas repercutam através da imprensa sindical, organiza *mesas-redondas* com os patrões para discutir reivindicações.

Mais uma vez, são as práticas individualizadas que criam laços entre o sindicato e as operárias. Para Maria, antiga militante, seu maior orgulho é ter conquistado algumas amigas para a luta e ter vindo ao sindicato, com *suas massas*.

V. VISIBILIDADE OU INVISIBILIDADE DAS PRÁTICAS: À GUIA DE CONCLUSÃO

No estado atual de nossa pesquisa, estamos longe de ter esgotado a problemática. Pareceu-nos que as práticas reivindicativas das operárias de São Bernardo remetem, no imediato, às condições criadas pela discriminação: o controle, a violência, a arbitrariedade sexista na fábrica.

Face ao arbitrário que organiza as relações, elas manifestam uma primeira forma de reação: a denúncia ou, às vezes, explosões coletivas de recusa. Não são estratégias a longo prazo. O caráter imediato das reações faz com que estas últimas sejam fatos isolados, na medida em que, freqüentemente, as operárias não têm conhecimento de seus direitos e, em consequência, não se organizam para exigir o que lhes é assegurado por lei.

O tema de suas denúncias (tais como a cantada, as pausas para ir ao banheiro) permanece não-legítimo e, por conseguinte, não-integrável nas listas de reivindicações ou nas resoluções dos congressos. Como assinalou Kergoat,²⁶ isso se produz para os operários e para as operárias indiscriminadamente. Mas no que se refere às operárias, observa-se que essas reivindicações colocam em questão

26. D. Kergoat. *op. cit.*, p. 20.

as condutas machistas, mas, na prática, a denúncia do sexismo fica oculta pelos discursos *unificadores*.

Também é verdade que as práticas reivindicatórias das operárias são menos estrepitosas, *menos visíveis* fora da fábrica. A forma pública dessas práticas é a denúncia. A resistência manifesta-se de preferência enquanto cumplicidade; ela não é organizada por uma estratégia autônoma. De fato, o sindicato é o principal meio para tornar públicas as reivindicações.

Por um outro lado, é preciso considerar que as operárias são minoritárias em São Bernardo, o que tem, certamente, um efeito negativo sobre sua combatividade e sobre sua relação com o sindicato. Sua situação de ajudantes torna-as mais vulneráveis às medidas repressivas, às demissões.

Observamos que os pontos de articulação entre combatividade dos operários e das operárias apareceram por ocasião dos movimentos de greve. Esses movimentos não incorporam as reivindicações específicas. Contribuíram, contudo, para a autoconstrução de uma prática operária entre os metalúrgicos. E entre as mulheres metalúrgicas?

Por ocasião de uma entrevista, uma operária têxtil trabalhando em São Paulo disse que teria preferido trabalhar na metalurgia porque *esse setor era mais importante e o sindicato mais interessante*. Entretanto, parece que o impacto do movimento não bastou para modificar as hesitações em relação à política ou ao ativismo manifestos contra as mulheres — como Maria — *que reivindicam o tempo todo*. Reticência por parte dos colegas, às vezes, por parte das famílias. Talvez seja inevitável que essa reticência se manifeste face às formas que são finalmente estranhas à prática cotidiana dessas operárias. Não se deve esquecer igualmente que as iniciativas do sindicato, no que se refere às operárias, são ainda limitadas: um congresso, um pequenos apoio material.

As palavras de Maria durante uma de suas lutas cotidianas fazem-nos meditar: *Minha filha, eu tenho uma consciência, não sou como essas pobres coitadas; elas me dão pena, mas tenho fé e estou certa de que não sairei dessa fábrica enquanto minhas amigas permanecerem inconscientes*.